

ano 16 – n. 30 | janeiro/junho – 2024
Belo Horizonte | p. 1-272 | ISSN 2176-1671
R. Bras. Dir. Eleit. – RBDE

Revista Brasileira de DIREITO ELEITORAL RBDE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

Artigos

Transparência e simplificação das regras de prestações de contas: desafios das reformas legislativas

Amanda dos Santos Neves Gortari, Graziela Fernanda Ferreira Guedes, Guilherme Morais Régis De Lucena, Lucas Ediney Barbosa		9
1	Introdução.....	9
2	A prestação de contas como pressuposto da cidadania política plena.....	11
3	Impactos e controvérsias nas propostas de mudanças legislativas sobre a prestação de contas.....	13
4	Considerações finais.....	18
	Referências.....	19

Participação política das mulheres

Ana Carolina de Camargo Clève, Luísa Sapiecinski Guedes		21
1	Introdução.....	21
2	A representatividade feminina na legislação e na jurisprudência.....	23
2.1	Políticas de combate à violência política de gênero.....	30
3	Conclusão.....	34
	Referências.....	35

O paradigma da gravidade na inelegibilidade de Jair Bolsonaro: o caso da reunião com os embaixadores

Ana Luiza Carneiro de Palma, Evelyn Melo Silva, Isabela Cristine Sales, Luslayra Andrade Valichi		37
1	Introdução.....	38
2	A gravidade dos atos abusivos no ordenamento jurídico.....	39
2.1	O surgimento da Lei Complementar nº 135/2010.....	39
2.2	Análise da gravidade dos atos do ex-presidente Jair Bolsonaro em influenciar o processo eleitoral.....	41
2.2.1	Critérios qualitativos e quantitativos para avaliação dos atos.....	42
3	Ilícitude perante o direito eleitoral.....	45
3.1	Conceito de ilicitude no direito eleitoral brasileiro.....	45
3.2	Casos específicos de ilicitude associados ao ex-presidente.....	45
3.2.1	Uso de recursos públicos em campanhas eleitorais.....	45
3.2.2	Financiamento eleitoral irregular.....	46
3.2.3	Propaganda eleitoral irregular.....	47
3.2.4	Consequências legais das ações ilícitas para a elegibilidade.....	47
4	Apuração da gravidade das condutas.....	47
4.1	Visão geral do processo.....	47
4.2	Precedente do caso do Deputado Federal Fernando Francischini.....	49
4.3	Análise das ações do ex-presidente à luz desses métodos e processos.....	50
	Conclusão.....	52
	Referências.....	53

O paradoxo da cassação de mulheres eleitas como resultado da fraude à cota de gênero

Ana Clara Boscolo Galupo, Fernanda Bernardelli Marques, Isabela Vieira León, Victória Vila Nova Selleti		55
1	Introdução.....	55
2	A cota de gênero enquanto tentativa de correção da sub-representação feminina na política	58
2.1	A fraude à cota de gênero.....	60
2.2	A fraude à cota de gênero como violência política de gênero	62
3	O entendimento da Justiça Eleitoral no que tange à fraude à cota de gênero e a revitimização das mulheres.....	63
4	Conclusão	69
	Referências	72

Justiça Eleitoral e democracia militante: um estudo do Caso Francischini

Anne Lorraine Colnaghi Gaertner, Luísa Sapiecinski Guedes, Maria Vitória Bittar Daher da Costa Ferreira		75
I	Introdução.....	75
II	O Caso Francischini.....	76
III	A desinformação eleitoral e o desenvolvimento da democracia militante.....	82
IV	Conclusão	86
	Referências	87

O legado de Sepúlveda Pertence para a democracia brasileira

Caio Augusto Coelho e Silva, Luísa Sapiecinski Guedes, Maria Vitória Bittar Daher da Costa Ferreira, Matheus de Jesus Oliveira		89
1	Introdução.....	89
2	A história de Sepúlveda Pertence	90
3	O direito segundo Sepúlveda Pertence	93
4	Conclusão	99
	Referências	100

Proteção de direitos políticos e eleitorais: a inconveniência da sanção de inelegibilidade em ações de fraude de cotas de gênero à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Daniela da Costa Fernandes		103
1	Introdução.....	103
2	A cota de gênero na legislação eleitoral e sanção à fraude.....	104
3	O controle de convencionalidade	105
4	A fraude como violência política de gênero contra mulheres	108
5	A construção da fraude à cota de gênero na jurisprudência nacional	109
6	A análise da sanção à fraude de gênero à luz do Sistema Interamericano de Direitos Humanos	110
7	Conclusão	114
	Referências	115

Violência política de gênero e raça através das redes sociais: uma ameaça à representatividade e à democracia

Eduarda do Prado de Carvalho		119
1	Introdução: a crescente utilização de redes sociais e a disseminação das (des)informações	119
2	Do acesso ao voto à sub-representação: heranças de uma sociedade patriarcal	124

3	A violência política digital como forma de intimidação e controle.....	128
4	Eleições de 2020: a crescente violência contra mulheres na vida pública disseminada através das redes sociais	131
5	Considerações finais: iniciativas para confrontar a violência política.....	136
	Referências	138

Cláusula de inelegibilidade em Acordo de Não Persecução Penal nos crimes eleitorais

Isabelle Pinheiro Jackiu.....		143
1	Introdução.....	143
2	O Acordo de Não Persecução Penal e os crimes eleitorais.....	146
2.1	Contexto de surgimento da justiça negocial no processo penal.....	146
2.2	O ANPP e a necessidade de conceituação de seus institutos próprios.....	149
2.3	O ANPP aplicado ao direito eleitoral	151
3	O bem jurídico tutelado no direito penal eleitoral e sua (in)compatibilidade com a justiça penal negociada	152
3.1	Bem jurídico coletivo como justificativa para ampliação do poder punitivo	152
3.2	Bem jurídico coletivo como delimitador do poder punitivo	155
4	A inelegibilidade transitória como obrigação prevista no ANPP e os direitos políticos fundamentais	160
4.1	Os direitos políticos como direitos fundamentais.....	160
4.2	As formas de restrição aos direitos políticos	161
4.3	Cláusula de Inelegibilidade no acordo de não persecução penal	164
5	Conclusão	169
	Referências	171

Os marfins da Lei da Ficha Limpa: 14 anos lastreando memórias de inconstitucionalidade

Juliano Glinski Pietzack, Débora Andreia Gomes Souto.....		177
1	Introdução	177
2	Crise, representatividade e inelegibilidade: confrontando a Lei da Ficha Limpa.....	178
3	A aplicação da Lei da Ficha Limpa nas Cortes Superiores.....	184
4	A Lei da Ficha Limpa no banco dos réus	189
5	Conclusão	191
	Referências	192

Infidelidade partidária de suplentes: análise processual da necessidade de declaração judicial de infidelidade partidária para perda de mandato parlamentar

Maitê Chaves Nakad Marrez, Nahomi Helena de Santana		195
1	Introdução	195
2	Premissas iniciais: o mandato pertence ao partido	197
2.1	A exceção da desfiliação partidária por justa causa	203
3	Desfiliação de suplentes	204
4	O desamparo processual dos partidos diante da infidelidade partidária de suplentes ..	207
5	Conclusão	210
	Referências	212

Contagem dos prazos de inelegibilidade e suspensão dos direitos políticos a partir do cumprimento da pena: seria constitucional limitar o exercício dos direitos políticos pela falta de recursos financeiros?

Marcela Senise de Oliveira Martins, Bernardo Gureck Borba, Christopher Gabardo Benetti Mamed, Laura Pedrosa Pontiroli, Renan Reis Cruvinel		215
1	Introdução	216

2	Condições de elegibilidade	217
3	Inelegibilidades.....	218
3.1	Da Inelegibilidade Decorrente de Condenação por Improbidade Administrativa – Alínea “I”.....	220
3.2	Da Inelegibilidade Decorrente de Condenação Criminal – Alínea “e”	223
4	Da ausência de recursos para cumprimento da pena e reflexos constitucionais	225
5	Considerações finais.....	230
	Referências	232

O projeto de Novo Código Eleitoral brasileiro e o aumento dos prazos de desincompatibilização de magistrados e membros do Ministério Público: o que está por trás do desejo legislativo?

	Priscilla Conti Bartolomeu, Maria Lúcia Barreiros.....	235
1	Introdução.....	235
2	Quarentena eleitoral para magistrados e membros do Ministério Público: debates parlamentares e perspectivas de aprovação	236
3	O que está por trás do desejo legislativo de exigir maior afastamento de membros do Poder Judiciário antes de ingressarem na vida política?	240
4	Considerações finais.....	246
	Referências	247

Reforma Política a partir da implementação da Emenda Constitucional nº 97/17: aguardar a conclusão de seus efeitos ou avançar?

	Rafaele Balbinotte Wincardt, Emanuele Bolzan, Luiz Augusto Fernandes Cunha, Victor Eduardo Buffon da Silva, Vitória Regina Oliveira Simioni.....	251
	Introdução.....	252
1	Considerações positivas a partir da implementação da cláusula de desempenho e do fim das coligações partidárias	253
2	Considerações negativas a partir da implementação da cláusula de desempenho..	256
3	Alternativas adotadas para contornar os efeitos da Emenda Constitucional nº 97/17	261
4	A verdadeira reforma política: aguardar ou avançar?	263
	Considerações finais.....	265
	Referências	267

	Instruções para os autores.....	271
--	---------------------------------	-----